

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Manejo de Unidades de Conservação, conforme estabelece o SNUC, é o “*Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade.*”¹

O Plano deve ser entendido como um instrumento de planejamento e ordenamento territorial, construído de forma processual, contínua, flexível, gradativa e participativa. Em relação à participação social, o plano deve se pautar por metodologias que considerem o envolvimento de diferentes setores da sociedade na construção das estratégias de planejamento, de maneira a alcançar o seu posterior comprometimento com as diretrizes propostas. Para isso os métodos de construção do Plano de Manejo do Parque Estadual de Intervales se pautaram no diálogo contínuo com diferentes interlocutores, utilizando diferentes formatos de reunião, considerando propostas e articulações já em andamento e analisando as expectativas de grupos sociais que já interagem com a Unidade de Conservação. Esse aspecto da elaboração de novas formas de planejamento vem sendo apontado como o diferencial importante na legitimação das propostas para governança de áreas protegidas.

Comparando as diferentes gerações de planos de manejo já elaboradas no Brasil e no mundo verifica-se que as metodologias de construção mudaram muito ao longo de décadas. O primeiro plano de Manejo concebido na América Latina foi o do Parque Nacional de Canaima, na Venezuela, em 1962 e partiu de uma abordagem essencialmente acadêmico-científica. As posturas governamentais da época não permitiam o diálogo democrático entre sociedade e Estado. Em meados da década de 1970 já haviam sido elaborados na América Latina mais de 50 planos de manejo (Miller, 1980) com diferentes formatos e abordagens, mas quase todos enfrentando problemas de implantação, gestão e legitimação social. Em mais de 40 anos muitas propostas metodológicas foram experimentadas e alguns modelos se difundiram entre os países. Os guias publicados pela FAO, como “*Planificación de parques nacionales - guía para a preparación de planes de manejo para parques nacionales*” foi um documento referência, tendo sido adotado e adaptado por vários países, inclusive pelo Brasil na elaboração do primeiro plano de manejo para o Parque Nacional de Brasília em 1976.

A partir de 1990 o IBAMA iniciou uma importante ação no sentido de desenvolver roteiros para orientar a elaboração destes planos, introduzindo noções de planejamento flexível e participativo. À época, alguns parques do Estado de São Paulo já possuíam planos elaborados num processo governamental anterior, utilizando metodologias científicas variadas e adotando sempre os princípios da preservação para definir os procedimentos de gestão, mas pouco dialogando com a sociedade. Neste contexto é importante considerar que a elaboração de planos de manejo passou por profunda transformação de métodos nas últimas décadas.

Os primeiros planos de manejo elaborados pelo governo do Estado de São Paulo eram peças produzidas a partir de critérios acadêmicos, que embora fundamentais acabavam por transformar o plano num documento valioso para pesquisa, mas distante das possibilidades de gestão da área. Em fases recentes tem-se uma geração de planos de manejo que experimentam diferentes metodologias

¹ Lei 9985, de 18/07/2000, cap., art. 2º, inciso XVII.

acadêmicas que combinam o necessário aporte científico, a interlocução com atores sociais que participam em todas as fases da construção dos planos, inclusive na etapa de pesquisa, e indicam estratégias para gestão da conservação em diferentes escalas.

Entende-se também nessas novas metodologias que o plano deve ser o melhor retrato do estado da arte do conhecimento sobre conservação, sinalizar as lacunas de informações assim como as fragilidades do conhecimento colocado a disposição da sociedade, enfatizando as questões pendentes e os desafios de conservação para a melhor condução da gestão da unidade. Neste sentido os argumentos que embasam os programas de manejo devem ser precedidos da precaução necessária e as lacunas de conhecimento, inconsistências e avanços devem ser claramente evidenciados nos documentos técnicos e no zoneamento tornando de fato o planejamento flexível e gradativo.

Este plano, elaborado em parceria entre o Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e a Fundação Florestal, e contando com a valiosa colaboração do Instituto Geológico, buscou ao longo dos 18 meses de trabalho além do rigor científico a mais ampla participação dos diversos atores sociais relacionados com o território do PEI e seu entorno.

Este documento final apresenta o conjunto dos elementos e atividades que compuseram os métodos de elaboração, inclusive aqueles que caracterizam os momentos de envolvimento dos diversos setores técnicos e segmentos da sociedade, principalmente através dos produtos construídos coletivamente a partir de oficinas de planejamento.

Resulta da pesquisa temática focada nas inconsistências e lacunas de conhecimento, da organização e consolidação das informações disponíveis, levantadas e consolidadas ao longo do trabalho. Este aspecto deve ser enfatizado, pois, sempre que possível, os estudos para levantamento de dados primários destinaram-se diretamente a subsidiar tomada de decisão com relação à definição do zoneamento, as proposições para áreas sob pressão de uso ou indicações para estudos que deverão ser detalhados no processo de gestão.

O Plano contém análises sobre a UC, sua inserção regional e relação com o entorno. Apresenta o zoneamento, os principais objetivos e atividades consolidadas nos programas de manejo. Analisa e apresenta também propostas enfocando aspectos institucionais e administrativos, de maneira a potencializar a capacidade de governança da UC para geração de receitas e gerenciamento adequado das ações necessárias.

A partir do documento técnico do IBAMA (2002) utilizado como instrumento orientador os objetivos deste plano são:

- Conduzir o Parque Estadual de Intervales a cumprir os objetivos estabelecidos quando da sua criação em 1995;
- Definir objetivos específicos de manejo, orientando com maior detalhamento possível os gestores da Unidade;
- Estabelecer a diferenciação e a intensidade de usos por meio de zoneamento, visando a proteção de seus recursos naturais e culturais;
- Estabelecer normas específicas regulamentando a ocupação e o uso da terra da Zona de Amortecimento e sugerir caminhos para a integração da unidade no Contínuo de Paranapiacaba.

- Promover a integração socioeconômica das comunidades do entorno e valorizar saberes tradicionais como princípios de governança;
- Orientar a aplicação de recursos financeiros destinados ao Parque Estadual de Intervales

O produto resultante está organizado em capítulos, equivalentes a proposta de encartes do "Roteiro Metodológico de Planejamento - Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica" do IBAMA (2002), adequados à especificidade do Plano de Manejo do PEI, constituídos por textos e mapas temáticos finais correspondentes.

A seguir apresentaremos sucintamente o contexto institucional e socioambiental tomados com ponto de partida no Plano de Manejo do PEI.

1.1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

Criado pelo Decreto Estadual nº 40.135/1995 de 08 de junho de 1995, o Parque Estadual Intervales - PEI, pertence ao sistema de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo e até recentemente era o único parque gerido pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo².

A Fundação Florestal - FF, órgão vinculado à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, tem por objetivo contribuir para a conservação, manejo e ampliação das florestas de proteção e produção do Estado de São Paulo. É o órgão responsável pela implantação de florestas para fins conservacionistas, técnico-científicos e econômicos das áreas integrantes do SIEFLOR - Sistema Estadual de Florestas³. Apóia, promove e executa ações integradas voltadas para a conservação ambiental, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável, a recuperação de áreas degradadas e o reflorestamento de locais ambientalmente vulneráveis, realizando parcerias com órgãos governamentais e instituições da sociedade civil. Têm amplo leque de atuação e atribuições sendo também responsável pela comercialização de produtos extraídos de florestas plantadas em áreas pertencentes ou possuídas pelo patrimônio do Estado. No final de 2006, com a criação do SIEFLOR, tendo a Fundação Florestal e o Instituto Florestal como órgãos executores, coube a primeira a gestão da maioria das unidades de conservação e reservas de produção do Estado e ao segundo a responsabilidade pela gestão das pesquisas científicas.

A definição da área de atuação parte de conceitos definidos institucionalmente. Entretanto, uma questão importante para o planejamento da conservação de áreas de proteção integral é o seu desenho.

Na atualidade, o conhecimento científico sobre conservação biológica tem enfatizado que a criação de áreas protegidas deve partir de critérios que objetivam a melhor forma e geometria de uma área para essa finalidade. A criação dos parques estaduais em São Paulo é anterior a uma série de conhecimentos disponibilizados sobre dinâmica da conservação de metapopulações e conceber uma

² A Fundação Florestal foi instituída pela Lei Estadual no 5.208, de 1º de julho de 1.986, estando vinculada, inicialmente à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento. Em 1.987, o Decreto Estadual nº 26.942 transfere a Fundação Florestal para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, compondo sua Administração Descentralizada. Hoje o sistema estadual passa por reorganização institucional e a Fundação ampliou suas funções dentro do SIEFLOR - Sistema Estadual de Florestas

³ Decreto de criação nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006

área destinada à conservação da biodiversidade requer uma avaliação dessa área⁴. Neste sentido um desafio do plano foi propor um ordenamento que potencializasse o melhor desenho para a conservação considerando que o Parque Estadual Intervales possui um perímetro institucional que não se apoiou em aspectos relevantes para a conservação, não só biológicos, mas também dos atributos que pretende proteger, como as cavernas por exemplo.

O parque é constituído, em sua maior parte, por glebas da antiga Fazenda Intervales (97%), de propriedade da Fundação Florestal, e por terras devolutas (3%), possuindo área total de 41.704 ha. Essa configuração institucional foi considerada como pano de fundo, mas a definição de área de estudo pautou-se no contexto institucional regional e nas discussões recentes sobre ecoregiões. Para definir o contexto institucional consideramos que o PEI pertence ao Contínuo Ecológico de Paranapiacaba e que a conservação desse importante patrimônio deve buscar dialogar com o atual conhecimento biogeográfico.

Localizado na área núcleo do Contínuo Ecológico de Paranapiacaba, o Parque protege, junto com o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR, o Parque Estadual Carlos Botelho - PECB, a Estação Ecológica de Xitué - EECXitué, a APA dos Quilombos do Médio Ribeira e parte da APA da Serra do Mar, o segundo e mais importante corredor ecológico de Mata Atlântica do Estado de São Paulo.

O conceito de Contínuo Ecológico foi adotado como premissa para a definição da área de estudo, reconhecendo a necessidade de não fragmentar o último grande remanescente de Mata Atlântica do Estado de São Paulo ainda compacto e introduzir a possibilidade de planejamento ecoregional na construção dos planos de manejo paulistas. Esse conceito vem sendo valorizado por técnicos, cientistas e autoridades governamentais desde a época do Tombamento da Serra do Mar em 1985 que seguiu as idéias de Diamond (1976), quanto ao melhor desenho de conservação baseando-se na Teoria da Biogeografia Insular. As instituições oficiais brasileiras e diversas entidades internacionais vêm buscando a viabilização e a proteção legal de “ecoregiões” e grandes corredores que interliguem as unidades de conservação. A razão desse esforço é que essas áreas contíguas abrigam espécies em maior número e em maiores populações, tornando-as mais resistentes a impactos externos, como catástrofes naturais ou provocadas. Para a conservação da biodiversidade, é de fundamental importância a manutenção de grandes extensões de *habitats* naturais, com livre fluxo de matéria e energia.

O Contínuo Ecológico de Paranapiacaba representa uma das áreas mais preservadas entre os remanescentes desta região (Tabela 1). Abrange mais de 120.000 ha de Mata Atlântica, composto pelas áreas contíguas dos Parques e Estação Ecológica citados acima. As unidades de conservação que compõem o contínuo ecológico foram declaradas “áreas piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica”. Este grande remanescente situa-se nos municípios de São Miguel Arcanjo, Capão Bonito, Ribeirão Grande, Guapiara, Tapiraí, Iporanga, Sete Barras, Apiaí e Eldorado. Apresenta um gradiente altitudinal que varia de 30 a 1200 m, abrangendo porções da planície do rio Ribeira de Iguape, estendendo-se à vertente atlântica da serra de Paranapiacaba e atingindo o divisor de águas entre as bacias dos rios Ribeira de Iguape e Paranapanema.

⁴ Conceito de área é uma variável biogeográfica que considera a dimensão do nicho ecológico e importante para o desenho da conservação.

Diferentes fisionomias de floresta ocorrem no Contínuo Ecológico. A floresta ombrófila densa está presente em grande parte da área, particularmente nas regiões mais escarpadas. Há áreas densamente vegetadas, denominadas “florestas maduras”, tendo sofrido pouca alteração de caráter socio-cultural.

O Plano de Manejo do PEI considerou em seu zoneamento o entorno ainda florestado da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra do Mar e outras unidades de conservação próximas, tendo iniciativa de propor um zoneamento de entorno (Zona de Amortecimento) que permitirá melhorar o desenho de conservação do PEI e pensar o planejamento para o contínuo ecológico e não somente para áreas nucleares de proteção integral.

Dada a importância desse Contínuo, o território foi tombado em 1985 pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo) e declarado Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em 1991. Em 1999 foi reconhecido pela UNESCO como Sítio do Patrimônio Mundial Natural.

Tabela 1. Instrumentos de Proteção no Contínuo Ecológico de Paranapiacaba

UCs de Proteção Integral	UCs de Uso Sustentável	Outros Instrumentos
Parque Estadual Intervales - PEI (1995)	APA da Serra do Mar (1984)	Tombamento (1985)
Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR (1958)	APA dos Quilombos do Médio Ribeira (2008)	Zona Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (1991)
Estação Ecológica de Xitué - EEcXITUE (1987)	Parque do Zizo - RPPN (1998)	Sítio do Patrimônio Natural Mundial (1999)
Parque Estadual Carlos Botelho - PECB (1982)		
Parque Estadual Caverna do Diabo criado em 2008 - parte do antigo PE Jacupiranga (2008)		

1.2. CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL

A Serra de Paranapiacaba que, em Tupi significa “montanha que detém o mar”, é o nome regional dado à Serra do Mar que a partir de processos epirogênicos e erosivos se interiorizou formando na baixada extensas planícies de sedimentação. Maack associa a formação da escarpa Atlântica ao tectonismo dos Andes que durante o terciário, talvez ainda no cretáceo produziu um desequilíbrio continental que ocasionou grandes linhas de falha, originando na parte oriental do continente a elevação de blocos limitados regionalmente e afundamento de uma faixa continental. Terminado o afundamento e os movimentos tectônicos, iniciou-se novamente durante o quaternário, a ascensão epirogênica dessa faixa, que continua nos nossos dias (MAACK, 1946, p. 246).

Após o afundamento de parte do bloco continental, originando a Serra do Mar e Paranapiacaba, o litoral configurou-se numa costa rica em enseadas, pontais e ilhas.

Ross (2006:164) em estudo sobre a bacia do Rio Ribeira de Iguape indica sete macrocompartimentos de relevo, sendo quatro em terras altas e três em terras baixas. Essas unidades foram organizadas sob duas grandes morfoestruturas: uma denominada morfoestrutura da faixa de dobramentos do Atlântico, em que se pode identificar três unidades morfoesculturais denominadas de planalto e

serra de Paranapiacaba, serra do Mar e morros Litorâneos, planalto de Guapiara e planalto do Alto Ribeira-Turvo. Outra unidade morfoestrutural, que envolve as terras baixas, é denominada de unidade morfoestrutural da depressão tectônica do baixo Ribeira. Nessa unidade, três subunidades morfoestruturais são identificadas: depressão tectônica do baixo Ribeira, planície costeira Cananéia Iguape e planícies e terraços fluviais do baixo Ribeira.

O Parque Intervales está inserido neste contexto entre duas grandes bacias hidrográficas e nominadas como Vales e setores de Nascentes - a do Rio Paranapanema e a do Rio Ribeira de Iguape, daí o nome: Intervales. Por essa localização geográfica o Parque protege uma densa e extensa rede de drenagem, que se mantém pela cobertura vegetal de diferentes tipologias de florestas da Mata Atlântica que recobrem toda sua extensão.

As florestas tropicais costeiras do Brasil, genericamente denominadas Mata Atlântica, cobriam uma extensa faixaazonal. Historicamente essas florestas compreendem um complexo de formações inter-relacionadas em sua origem e dispersão biogeográfica que se distribuem em gradientes altitudinais e latitudinais. Na atualidade tem sido fundamental considerar legalmente esse conjunto de diferentes tipos de florestas aparentadas como sendo um complexo de Matas Atlânticas. No início da colonização européia estes conjuntos foram intensamente desmatados restando hoje pouco mais de 8,3 % de mata⁵.

Por outro lado as matas pluviais de encosta⁶ quando tomadas em seu conjunto na Serra do Mar e de Paranapiacaba tem uma identidade biótica própria que a distingue das florestas de Araucária, ou das matas semidescuiduais de Planalto. Disto pode-se concluir que existem diferentes níveis de organização e agrupamento ecológico e biogeográfico para formular uma visão estratégica do planejamento da conservação. Intervales representa uma das áreas mais significativas dos remanescentes florestais do Estado de São Paulo, pelo seu estado de conservação e por abrigar inúmeras espécies da fauna e flora, inclusive ameaçadas de extinção, tais como a onça-pintada (*Pantera onca*) e o miqui (*Brachyteles arachnoides*) bem como espécies endêmicas, como o pica-pau-de-crista-vermelha (*Dryocopus galeatus*) e a *Aegla leptchela*, um crustáceo troglóbico⁷ que vive no sistema de cavernas Lajeado.

Neste sentido o contexto ambiental para estudo do Parque Estadual de Intervales partiu da visão que distingue as formações do complexo Mata Atlântica e também os possíveis mosaicos, assim como elegeu critérios para análise da distribuição faunística buscando orientar ações conservacionistas para aumentar as chances de sobrevivência dos remanescentes dessas matas e a fauna associada.

Do ponto de vista do patrimônio geológico considerou-se como atributo de destaque a lente calcária que caracteriza uma importante área do PEI e PETAR. Essa ocorrência singular permitiu a formação de importante acervo espeleológico com mais de uma centena de cavernas. Considerou-se portanto que a biodiversidade e a geodiversidade regional fazem parte do domínio das Matas Atlânticas.

A concepção ecoregional reafirma a idéia de interconexão e interdependência ecológica e histórica. Uma ecorregião é uma área que contém comunidades naturais que compartilham a maioria das

⁵ Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo, Instituto Florestal, São Paulo, 2005

⁶ Floresta tropical pluvial ou Floresta ombrófila densa, conforme classificação do Mapa da Vegetação do Brasil, IBGE, 3ª edição, 2004.

⁷ Espécies de fauna cavernícola que sobrevivem exclusivamente no ambiente subterrâneo

espécies, a dinâmica ecológica e as condições ambientais, e que apresentam interações ecológicas críticas para sua persistência a longo prazo (DITT, 2002). Uma grande virtude dessa conceituação é buscar sair do âmbito da caracterização pela distribuição de espécies para um conceito mais abrangente de comunidade biótica, utilizando o conceito de biodiversidade em suas três dimensões (específica, intra-específica e ecossistêmica) e em nosso caso somando a noção de geodiversidade.

Na caracterização ampla de ecoregiões utiliza-se nominalmente a vegetação como indicadora da diferenciação, por ser ela o principal suporte da biodiversidade. A vegetação responde de maneira desigual às diferentes combinações do meio físico (tais como solos, clima, relevo), representa a herança biogeográfica de antigas florestas que persistiram a mudanças climáticas do quaternário e também aos impactos das atividades econômicas. Além disso é a constituição básica do nicho ecológico. Esse conceito constituiu o pano de fundo para a análise da UC em relação ao Contínuo de Paranapiacaba e avaliações sobre a sua zona de amortecimento. Nesse sentido, considerou-se que este conceito permite direcionar as ações conservacionistas para o Contínuo.

Do ponto de vista sócio-cultural, no território do Contínuo Ecológico de Paranapiacaba vivem várias comunidades remanescentes de quilombos (quilombolas) e populações de pequenos agricultores (camponeses/ribeirinhos) cuja característica essencial é o cultivo itinerante de roças de “coivara”⁸, a extração de recursos florestais (com destaque para o palmito Juçara - *Euterpe edulis*), o cultivo de banana e hortifrutigranjeiros. Há, ainda, projetos de assentamentos rurais, com destaque ao Assentamento Agroambiental Alves Teixeira & Pereira⁹, com 3.000 ha, no bairro do Guapiruvu em Sete Barras, bem como inúmeros bairros rurais.

Outro aspecto considerado foi a dinâmica de migração indígena no território Guarani. A formação de aldeias na região do Vale do Ribeira tem sido uma questão antiga e geradora de conflitos entre as instituições governamentais ambientais e de proteção aos direitos dos índios no Brasil. Os índios têm o direito de exercer seu modo de vida assegurado pela Constituição Federal, mas o mesmo não é compatível com a proteção integral dos parques, também assegurada pelo mesmo estatuto legal.

Do ponto de vista das relações socioambientais a construção do Plano considerou fundamentais as estratégias participativas. Vários projetos socioambientais vêm se desenvolvendo na região buscando reconhecer e consolidar a presença e a interação com as populações para que estabeleçam uma relação de cooperação com a conservação da Mata Atlântica¹⁰.

1.3. INTERVALES, UM PARQUE DE DUAS FACES: CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

Intervales está inserida em duas sub-regiões geográficas distintas: a sub-região do Vale do Rio Ribeira e a sub-região do Vale do Alto Paranapanema. A sub-região do Vale do Rio Ribeira compreende os municípios de Apiaí, Eldorado, Iporanga, Itaóca, Sete Barras e Tapiraí e a do Vale do Alto Paranapanema os municípios de Capão Bonito, Guapiara, Ribeirão Grande e São Miguel Arcanjo.

⁸ Coivara - agricultura tradicional indígena que envolve a derrubada e queima da floresta para subsequente plantio.

⁹ Nessa área serão assentadas cerca de 70 famílias do próprio bairro Guapiruvu.

¹⁰ Muitos deles encontram-se descritos no Programa de Interação Socioambiental deste Plano.

Muitos pesquisadores apontam que a grande dificuldade histórica para ocupação humana no Sudeste do território paulista impediu uma maior devastação das florestas, resultando nos remanescentes florestais que compõem as unidades de conservação atuais e algumas grandes propriedades privadas na região. A topografia acidentada, o clima característico de chuvas abundantes e bem distribuídas, a presença de matas densas, aliados a uma carência de infra-estrutura básica¹¹, a fraca rede de infra-estrutura para a implantação industrial entre outros determinou a formação socioespacial na região. Tal conjunto de fatores manteve estas áreas ocupadas por um número restrito de pequenos proprietários, posseiros e grileiros, que chegaram a região a partir de meados do século XVI. Registros históricos indicam a serra de Paranapiacaba como local de passagem de povos indígenas a caminho do litoral. Muito provavelmente, apesar da ausência de documentos que comprovem tais movimentos, também os jesuítas faziam peregrinações por trilhas estabelecidas pelos indígenas, em busca principalmente de ouro (Castanho Filho, 1998¹²).

- **O Alto Paranapanema**

A ocupação territorial do sudoeste paulista tem início no século XVII, com o povoamento do planalto, quando se formam as cidades de Itu e Sorocaba. Até o século XVIII, seu povoamento se restringe ao desenvolvimento de algumas cidades ao longo dos caminhos das tropas, com a formação das cidades de Itapeva e Itapetininga. Esta região foi favorecida pela sua situação geográfica de ligação das regiões Norte e Sul do país, desempenhando um papel fundamental na conquista do interior e na consolidação do território paulista.

A região de Itapetininga participou ativamente da economia da cana no século XVII; em paralelo, a região de Sorocaba desenvolve-se com as indústrias de couro, de artefatos de metais e têxteis; e a região de Itapeva, especialmente Capão Bonito, configura-se como lugar de passagem para o centro do país. Com o avanço do café para o centro-oeste paulista, Itu e Sorocaba consolidam-se como centros econômicos e da rede de cidades formadas pelos caminhos de tropas e pela ferrovia. Estrutura-se economicamente também na agricultura de subsistência e em alguma mineração.

A economia integra-se ao contexto regional com a Estrada de Ferro Sorocabana (1875). Sorocaba, nesse período, destaca-se pelo seu importante crescimento econômico, resultante dos processos de industrialização - principalmente com a indústria têxtil - e de urbanização, que chega a alcançar a região de Itapetininga e de Itapeva.

No fim dos anos 20, a pecuária perde sua posição de destaque no cenário estadual, e a região tem sua economia baseada nas atividades agrícolas, principalmente na cultura do algodão, seguida pela cultura de cana para produção do açúcar e do álcool, à exceção de Sorocaba, que por suas atividades industriais, principalmente as da agroindústria de beneficiamento do algodão, projeta-se no cenário econômico do estado.

Com a crise do café, as antigas plantações dão lugar às culturas de cana-de-açúcar e do algodão. Mas essa dinâmica da economia não atinge as regiões de Itapeva e de Capão Bonito, que iniciam, na década de 30, atividades de mineração e de silvicultura, associadas a uma inexpressiva atividade econômica agrícola.

¹¹ Tais como estradas, meios de comunicação, assistência social e outras necessidades dos aglomerados humanos, que por sua vez só se estabeleceram quando as condições de ocupação são favoráveis.

¹² Castanho Filho, E.P. "A vocação conservacionista de Intervales". Artigo não publicado. São Paulo, 1998

A partir dos anos 30, a economia diversifica-se com a agricultura de gêneros alimentícios baseada no feijão, na cebola, na batata e no arroz - produtos não diretamente associados ao mercado de exportação e sim destinados ao consumo interno - e no milho, no tomate e na uva - produtos de poucos desdobramentos industriais naquela época. À exceção de Sorocaba, que, mesmo permanecendo fora do ritmo de industrialização paulista até o fim dos anos 1970, logo se integrou ao crescimento industrial brasileiro com expressiva importância no cenário econômico industrial do estado de São Paulo.

Na década de 70, a agricultura da região insere-se na economia paulista, como abastecedora de produtos alimentares para a região metropolitana de São Paulo; também, com menos expressão, começa a despontar a agroindústria, com a soja, a cana-de-açúcar e os cítricos. Não menos importante é o parque industrial, cujo setor de bens intermediários apresenta significativa expansão, com o segmento de minerais não-metálicos.

A melhoria da infra-estrutura viária e de transportes - com a construção das rodovias SP-270 (Raposos Tavares), na década de 50, e SP-280 (Castelo Branco), na década de 60 - e a utilização do transporte de carga sobre trilhos da Fepasa na região Sorocabana, associadas à modernização tecnológica das indústrias, fazem com que a região de Sorocaba se transforme em pólo de atração de mão-de-obra, principalmente oriunda de Capão Bonito.

Entre as décadas de 50 e 70, a região de Sorocaba assistiu à expansão da atividade minerária, sobretudo a partir da priorização política do setor adotada pelo governo militar no ano de 1964¹³ e, posteriormente, da silvicultura, com destaque nos municípios de Ribeirão Grande e Capão Bonito, o que não se traduziu em crescimento econômico ou melhoria de qualidade de vida dessas cidades que apresentam baixos índices de IDHM, ocupando as respectivas posições de nº 633 e 623 no Ranking de 645 municípios do estado.

Atualmente, a atividade agropecuária é a predominante; cultivam-se ainda o feijão e a uva em plantações menores e o milho em escala crescente. A extração e a transformação de bens minerais se destacam principalmente nos municípios de Ribeirão Grande, Apiaí e Guapiara. Nos últimos anos, a crescente atividade minerária e a de silvicultura de eucalipto e pinus vêm adquirindo cada vez mais áreas para a sua expansão, especialmente de pequenos agricultores. A substituição das propriedades tradicionais de lavouras e pastagens por florestas de pinus e eucalipto também tem ameaçado as culturas comerciais tradicionais de uva. Além da atividade agrícola, a região tem a vocação econômica orientada para o turismo e o lazer, em razão da presença de unidades de conservação e das represas com utilização múltipla da água.

A exemplo do Vale do Ribeira, o Vale do Alto Paranapanema apresenta as menores taxas de urbanização, baixos índices de crescimento populacional, baixa densidade demográfica, predominância de população rural sobre a urbana e os mais baixos indicadores sociais do estado de São Paulo, conforme poderá ser verificado no capítulo 3.3.1.

- **O Vale do Ribeira**

O Vale do Ribeira, apesar de ter sido uma das primeiras regiões do processo de ocupação do território paulista, permaneceu fora dos principais eixos de desenvolvimento econômico do estado

¹³ <http://www.dnrm.gov.br/ba/conteudo.asp?IDSecao=514&IDPagina=713> (acesso em 16.09.2008 as 15:38h)

de São Paulo, e apresenta as menores taxas de urbanização (aspecto favorável à conservação ambiental), baixos índices de crescimento populacional, baixa densidade demográfica, predominância de população rural sobre a urbana e os mais baixos índices de desenvolvimento humano no estado de São Paulo. Mas ao mesmo tempo abriga uma das mais extensas áreas contínuas de Mata Atlântica e o maior conjunto de áreas protegidas do estado.

As primeiras notícias que se tem da ocupação do Vale do Ribeira datam do século XVI, com a formação dos primeiros povoados: Cananéia e Iguape, em razão da exploração de ouro no rio Ribeira e em seus afluentes. Esses núcleos surgiram a partir das atividades exploratórias iniciais da região e se formaram como lugar de entrada para o interior, e de intercâmbio comercial de mercadorias.

No século XVII, a descoberta de ouro na serra de Paranapiacaba deu grande impulso de desenvolvimento e de interiorização territorial ao Vale do Ribeira. Com a expansão da exploração do ouro nas Minas Gerais no século XVIII e o concomitante esgotamento de veios no Vale do Ribeira, acentuado na segunda metade do mesmo século, grande parte da população abandona a região em busca de melhores oportunidades. A mineração local entra em decadência, e com ela a economia regional.

A região somente retoma atividades econômicas com a agricultura, até então praticada na forma de subsistência. Ela substitui a antiga atividade mineradora e adquire expressiva importância econômica, principalmente com o cultivo de mandioca e arroz. Iguape, no século XIX, torna-se o primeiro produtor de arroz do país; assim, a região se integra aos centros consumidores nacionais e internacionais.

Essa intensa atividade econômica reativa o porto de Iguape e, conseqüentemente, a navegação fluvial no Ribeira e em seus afluentes. Mas essa intensa atividade logo se depara com uma série de problemas, desde a concorrência mundial à deficiência dos meios de transporte. Para resolvê-los, em 1827, abriu-se um canal conhecido como Valo Grande, que tinha como objetivo facilitar o transporte de mercadorias entre os portos de Iguape e do Ribeira, superando algumas dificuldades de transporte e barateando o custo dos produtos.

No início do século XX, instaura-se mais uma vez a periferização econômica em Iguape, tanto pela inviabilidade operacional do porto de Iguape, em razão do seu assoreamento, causado pela abertura do Valo Grande, como pela construção da estrada de ferro Santos-Juquiá, que redirecionou o escoamento da produção de Iguape. Mas, ao mesmo tempo que Iguape entra em declínio econômico, a estrada de ferro Santos-Juquiá cria novas condições econômicas para a região do Ribeira, e o transporte ferroviário começa aos poucos substituir o transporte fluvial.

Com a concentração de investimentos da economia cafeeira em outras regiões do estado de São Paulo, o Vale do Ribeira fica a margem dos eixos de desenvolvimento do estado, sem investimento, ou mesmo incentivo, para a sua integração econômica. Somente no início do século XX algumas medidas governamentais são adotadas para a mudança das bases produtivas da região, inicialmente com os esforços empregados nos programas de imigração e colonização, e logo depois com a melhoria do sistema viário regional para a produção e distribuição do chá e da banana, e para a exploração comercial da pesca em Cananéia.

A maioria dos programas de colonização iniciados no fim do século XIX não obteve os resultados esperados, pois grande parte dos imigrantes não se fixou na região, à exceção dos japoneses. Estes

tiveram grande importância na história social e econômica do Vale do Ribeira, pois além de se estabelecerem, introduziram melhoramentos nas técnicas de plantio dos produtos cultivados para sua subsistência, sendo também responsáveis pelo grande impulso à cultura comercial do arroz, do chá e da banana.

O Vale do Ribeira, até os anos 1960, não participou significativamente dos principais movimentos da economia paulista; somente quando se torna palco de intensos combates entre os militares e os militantes de esquerda é que o governo federal empenha grandes esforços no seu domínio territorial, através principalmente da implantação de infra-estrutura viária, dada a necessidade de controle militar do Estado. Inicia-se assim a construção da BR-116 (rodovia Regis Bittencourt) que, além de ligar São Paulo ao sul do país, redesenhou a ocupação territorial do Vale do Ribeira e promoveu grande valorização e especulação com terras.

Atualmente a agricultura é a principal atividade econômica do Vale do Ribeira, principalmente com a cultura da banana, seguida da cultura do chá e da horticultura, e também da produção de palmito pupunha¹⁴ e da mandioca. Além destas vê-se um esforço de introduzir a fruticultura. A pecuária extensiva é também uma atividade dos grandes e médios agricultores. A mineração de areia e calcário tem igualmente importante expressão econômica enquanto a piscicultura tem sido incentivada em alguns municípios como uma alternativa econômica.

No turismo, destacam-se os atrativos do patrimônio espeleológico, as trilhas na Mata Atlântica, as praias e o lagamar, onde se pratica a pesca artesanal, comercial e esportiva. As atividades de manejo de recursos florestais, como a agrofloresta, o cultivo de ervas medicinais e aromáticas, de espécies ornamentais e principalmente o manejo de palmito, ainda que incipientes, mostram-se como importantes alternativas econômicas, principalmente para as comunidades quilombolas e demais pequenos agricultores e posseiros da região.

- **Incentivos fiscais e conservação**

Apesar da inegável importância ambiental, dos municípios do entorno das áreas protegidas no Contínuo Ecológico de Paranapiacaba, vários figuram entre os de mais baixo IDHM do estado e se ressentem de políticas mais ousadas de desenvolvimento.

A criação do ICMS Ecológico¹⁵ amenizou um pouco a situação da arrecadação pública local, principalmente para municípios com grandes porções de seus territórios abrangidos por unidades de conservação. Com a compensação representada pelo repasse do ICMS, os municípios conseguem re-equilibrar contas públicas, uma vez que os recursos obtidos não precisam ser destinados necessariamente à conservação ambiental.

A região mais beneficiada com o aporte de ICMS Ecológico é o Vale do Ribeira, onde estão os maiores remanescentes contínuos de Mata Atlântica, com oito dos treze municípios que receberam

¹⁴ IBGE 2004 (EM SETE BARRAS: 200 ha de área plantada de palmito pupunha e produção anual de 500 toneladas, ficando atrás, tanto em área quanto em volume de produção, apenas da banana; EM ELDORADO:100 ha (terceiro lugar em área (atrás apenas da banana e do arroz) e 125 toneladas/ano (4º, superado apenas pela banana, maracujá e arroz)

¹⁵ Compensação financeira aos municípios com restrição do uso do solo em seus territórios para o desenvolvimento de atividades econômicas clássicas. São Paulo adotou o ICMS Ecológico com a aprovação da Lei n.º 8.510 de 1993. A Lei paulista estabelece que 0,5% dos recursos financeiros deve ser destinada aos municípios que possuem UCs e outros 0,5% aos municípios com reservatórios de água destinados a geração de energia elétrica. Em relação às UCs, a legislação prevê beneficiar apenas às criadas pelo Estado, não considerando as áreas criadas e geridas por outros níveis de gestão. Fonte: <http://www.ambientebrasil.com.br>, acesso em 20/05/05

mais de R\$ 1 milhão no ano de 2004: Iguape, Barra do Turvo, Sete Barras, Eldorado, Iporanga, Cananéia, Miracatu e Pedro de Toledo¹⁶.

Segundo o economista Odair Nigosky, assessor técnico da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, 75% da arrecadação do ICMS constitui receita do Estado e 25% é repassada aos municípios. A divisão do percentual ambiental leva em conta coeficientes de ponderação, que conferem peso 1 às estações ecológicas, 1 às reservas biológicas, 0,8 aos parques estaduais, 0,5 às zonas de vida silvestre em áreas de proteção ambiental, 0,2 às reservas florestais, 0,1 às áreas de proteção ambiental e 0,1 às áreas naturais tombadas. A Lei do ICMS Ecológico encontra-se em revisão e espera-se que sejam incluídas outras categorias de unidades de conservação, as UCs federais, bem como que os índices sejam revistos.

Há controvérsias acerca do destino que deva ser dado ao recurso repassado aos municípios: ambientalistas defendem a aplicação em atividades relacionadas à conservação, na melhoria da infra-estrutura das áreas rurais, tanto no sentido de estimular as ações ambientalmente corretas como para restringir as ações degradadoras através dos investimentos em melhoria da qualidade de vida. As prefeituras, em geral, argumentam a perda de arrecadação em decorrência das áreas especialmente protegidas para justificar sua utilização em serviços municipais variados, sobretudo infra-estrutura urbana.

Há discurso corrente entre os políticos da região de que a conservação é empecilho ao desenvolvimento e, muitas vezes, o repasse do ICMS ecológico é deliberadamente omitido. O envolvimento de prefeituras e câmaras municipais na articulação das ações de conservação e uso sustentável da biodiversidade no território é fundamental para a definição de utilização destes recursos na perspectiva de desenvolvimento da região, preservando seus atributos naturais, culturais e históricos.

Tabela 2. Municípios do PEI

Municípios	Área total do município (em ha)	% da área do município ocupada com o PEI	ICMS Ecológico em R\$ (2004)
Ribeirão Grande	33.200,00	0,44%	215.073,00
Guapiara	40.800,00	0,75%	61.271,00
Capão Bonito	164.100,00	limítrofe	450.509,00
Iporanga	116.000,00	16,04%	1.945.285,00
Eldorado	165.700,00	9,73%	2.135.281,00
Sete Barras	105.200,00	1,44%	1.079.274,00

Fonte: IBGE, SMA, 2004; Florestar Estatístico 2006

¹⁶ Florestar Estatístico, volume 9, número 18, edição de novembro de 2006, fls 82/84

1.4. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

O Parque Estadual Intervales é uma unidade de conservação regular e consolidada do ponto de vista fundiário, com divisas conhecidas e demarcação e sinalização em trechos estratégicos. Sua área total de 41.704 ha é constituída por cerca de 38.356 ha da Fazenda Intervales, de propriedade da Fundação Florestal, e 3.348 ha em terras devolutas.

À época de sua criação, em 1995, além da área da Fazenda Intervales, foram incorporados 11.532 ha em terras devolutas, referentes às glebas de Xiririca, então chamadas A e B (terras devolutas dos perímetros 10º, 11º e 12º de Eldorado Paulista e 31º e 35º de Apiaí), totalizando área de 49.888 ha, situação que perdurou até a edição do Decreto nº 44.293 de 4 de outubro de 1999, que introduziu a seguinte alteração em seus limites:

“§ 1º - Não integram o perímetro do parque estadual a que se refere este artigo as terras reconhecidas como de propriedade definitiva dos remanescentes das comunidades dos quilombos, conforme memoriais descritivos publicados no Diário Oficial do Estado de 11 de dezembro de 1998, Seção I, páginas 2/8 (Processos ITESP nº 70/98, 71/98, 72/98, 73/98 e 74/98), nos termos do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, cuja demarcação e respectivo título de legitimação de posse dar-se-á conforme o disposto na Lei nº 9757, de 15 de setembro de 1997”.

Porém, somente em 6 de julho de 2001 foi publicada a Lei nº 10.850, excluindo dos limites do Parque as áreas ocupadas pelas comunidades quilombolas Pilões, Maria Rosa, São Pedro, Ivaporunduva e Pedro Cubas. A área total do PEI, então recalculada, totaliza os seus atuais 41.704 hectares.

Os Parques estaduais constituem patrimônio da Fazenda do Estado, administrados, até a criação do SIEFLOR, pelo Instituto Florestal. O Parque Estadual Intervales é uma exceção a esta regra. Desde 1987, ainda como Fazenda Intervales, foi administrado diretamente pela Fundação Florestal.

- **A Fazenda Intervales**

A Fazenda Intervales, composta por 28 glebas (matrículas), foi adquirida pela Fundação Florestal em fevereiro/1987 do BANESPA S/A Mineração e Empreendimentos, com recursos da sua dotação inicial¹⁷ alocados por ocasião da lei de criação da Fundação para constituição do seu patrimônio.

Por tratar-se de propriedade rural, o imóvel - Fazenda Intervales - precisa ser regularizado junto ao INCRA em face das novas exigências estabelecidas pela legislação, em especial a Lei Federal nº 10.267 de 28/8/2001, Decreto Federal nº 4.449 de 30/10/2002, Lei Federal nº 10.931 de 2/8/2004.

Nos últimos anos a FF tentou viabilizar a contratação de serviços para o atendimento à legislação, tais como o georeferenciamento dos limites ao Sistema Geodésico Brasileiro, unificação de matrículas, entre outras, entretanto os orçamentos apresentados foram bastante altos, o que inviabilizou a contratação até a data de elaboração deste Plano.

¹⁷ Correspondente à importância de Cz\$ 100.000,00 (cem mil cruzados), proveniente do Tesouro do Estado (artigo 7º da Lei nº 5.208 de 1º de julho de 1986).

1.5. HISTÓRICO DO PARQUE ESTADUAL INTERVALES

O Parque Estadual Intervales foi a última grande área com remanescente de Mata Atlântica declarada de proteção integral no Estado de São Paulo, embora, a rigor, sua conservação estivesse assegurada desde a aquisição da Fazenda Intervales em 1987¹⁸, pela Fundação Florestal.

À época de sua criação (1995) era Governador do Estado, Mário Covas e Secretário de Meio Ambiente, Fábio Feldmann. O Presidente e Diretor Executivo da Fundação eram Edis Milaré e José Fernando Bruno, respectivamente.

- **A configuração da ocupação da Intervales, a história da “Fazenda do Banco”**

A configuração da ocupação do que é hoje o Parque remonta à própria história da ocupação da área pelo Banco Banespa, especialmente nas décadas de 1970/1980.

Nos trechos a seguir, extraídos e adaptados de artigos e documentos históricos, resgatamos um pouco desse percurso.

Na década de 1950, o Banco do Estado de São Paulo - Banespa recebe mais de dez mil ha da gleba conhecida como “Usucapião Giani”, de propriedade da Companhia de Incremento Rural do Altiplano Paulista (CIRAP). Segundo Castanho Filho (*apud* Marinho, 2006)¹⁹, a CIRAP instalou-se na região com o objetivo de implantar projeto agropecuário, porém foi mal sucedido. Essa incorporação ao patrimônio do Banco é que dá início à formação da Fazenda Intervales.

Segundo Marinho (2006)²⁰, estas informações são confirmadas por um dos vigias do Parque, atuante desde a época do Banespa no programa de proteção:

“A Altiplano Paulista fez um empréstimo no banco, montou uma serraria e uma olaria de 49 a 56. Ai eles não conseguiram pagar e perderam as terras para o banco (depoimento de vigia do Parque, 2006)”

Em 1960, com a anexação, por outorga de título de domínio público, da gleba do 18º perímetro de Eldorado, acrescentam-se mais nove mil ha ao imóvel rural. Sucessivamente, vai sendo anexada a esse núcleo uma série de propriedades e posses, entre as quais destacam-se a “Palmital” com dez mil ha e a “Oriente”, objeto de usucapião, com 1,5 mil ha. Ao todo, 28 glebas distintas somaram os cerca de 38.400 hectares da Fazenda Intervales que, em 1987, são transferidas do Banespa à Fundação Florestal.

O acesso à Sede da Fazenda, então denominada Fazenda Oriente, era feito apenas de transporte por animais. Com o patrocínio do Banespa, foi construída a estrada municipal que liga Ribeirão Grande a Guapiara, passando por dentro da área da sede. As “duas estradas de penetração” no interior do parque - até a região do Vale do Rio São Pedro e região do Alecrim - que dão acesso ao Vale do Ribeira, também foram construídas pelo Banespa.

Nessa época, o Banespa encomenda ao Instituto de Planejamento Agrícola Regional - Fundação Thomaz Alberto Whately, estudos para determinação das potencialidades da Fazenda. O documento

¹⁸ FUNDAÇÃO FLORESTAL, C. Leonel (Org). Intervales. São Paulo. 1994

¹⁹ Castanho Filho *in* Marinho, M.A. “Conflitos e possíveis diálogos entre Unidades de Conservação e populações camponesas: uma análise do Parque Estadual Intervales e o bairro do Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP). Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2006.

²⁰Marinho, M.A., *op.cit.*

entregue, denominado “Relatório dos estudos elaborados na área da Fazenda Oriente para determinação das possibilidades de exploração agrícola e mineral” (junho de 1967) propõe três projetos: mineração, reflorestamento e colonização, este último no contexto de impulsionar o desenvolvimento da região. Como se pode ver sem nenhum objetivo de conservação e sim de uso econômico convencional da terra.

Embora estivesse ressaltado, no relatório apresentado, a necessidade de aprofundamento de estudos específicos para cada projeto, suas conclusões indicaram “em uma análise primeira” que “a operação extrativista (madeira, calcário) é a mais recomendável, pois as condições adversas do meio físico reservam à agricultura somente 16,7% da área” e continua: “é rica em essências florestais, com inumeráveis espécies e variedades, o que vale concluir que a exploração deste potencial vegetal já é economicamente viável”.

Quanto ao potencial mineral, registra o relatório: “O Vale do Ribeira vem sendo citado como região de vastos recursos minerais em potencial, porém ainda não suficientemente desenvolvidos, sobretudo a parte norte do Vale, nos contrafortes da Serra de Paranapiacaba. Essa região menos conhecida do Vale do Ribeira é justamente onde se localizam as terras do Banespa”. E conclui que “são reais as possibilidades de existência, nas terras do Banespa, de minérios diversos de chumbo, prata, ouro, zinco, cobre, etc., já encontrados nos diversos pontos da região próxima (...)”. Finalmente, é contundente: “O que pode e deve ser sujeito à exploração imediata, é o calcário que, como já foi dito, representa uma realidade conhecida”.

Assim, é na década de 1970, que as sucessivas gestões do Banespa iniciaram a implementação dos projetos preconizados no relatório com o objetivo de promover a ocupação da área, o que consolidou a atual configuração da ocupação do Parque. Comenta Castanho Filho (*op. Cit.*) que, nessa época, desenvolveu-se uma série de programas e projetos governamentais para o Vale do Ribeira, a partir de uma estratégia que propugnava a “interiorização do desenvolvimento” e que talvez essa tivesse sido a forma encontrada de contribuir para o controle da guerrilha, comandada pelo Capitão do Exército Carlos Lamarca, que ameaçava instalar-se na região.

Nessa época, o Banespa utilizou os serviços da coligada CIGEBRAS S/A Mineração, Indústria e Comércio²¹ para administrar e fomentar a ocupação da área. Conforme poderá ser visto na Figura 2, previa-se a implantação de um loteamento “nas terras do BANESPA” com “lotes urbanos, chácaras, sítios e até mesmo fazendinhas”.

No início dessa década, sob a direção de Reinaldo Saldanha da Gama e Paul Brandt, foram então erguidas as edificações e a infra-estrutura viária, com certeza entendidas como fundamentais para o início da ocupação. Datam dessa época, o escritório, a capela de Santo Inácio de Loyola (estátua doada pelo Colégio São Luís em 27 de setembro de 1972, conforme Figura 3), as sedes 1 e 2²², o início das obras do hospital²³, o heliponto e o traçado da rede viária que circunda toda a área da Sede, e que vai da sede até a Base São Pedro²⁴.

²¹ precursora da BANESPA S/A Mineração e Empreendimentos.

²² Atualmente, Pousadas Pica-Pau e Esquilo respectivamente.

²³ Que mais tarde, ainda na gestão do Banespa, se transformaria em hospedaria, hoje Pousada Onça Pintada.

²⁴ Em 1972, os padres Paulo Pedreira de Freitas e Hélio Abranches Viotti entregam ao Banespa, para padroeiro, a imagem de Santo Inácio de Loyola, do ano de 1570, e que permanece até hoje na Capela, no interior do Parque.

Em paralelo, é iniciada a extração de ouro de uma antiga mina abandonada. Desta mina, localizada na Serra do Cavalo Magro, com acesso pela região do Saibadela, foram retirados em lombo de burro cerca de seis toneladas do minério, encaminhadas ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) para análise, cujo resultado indicou que, apesar de ser um minério com alto teor de ouro (43g/t), sua extração era antieconômica.

Para transtorno dos então gestores, também segundo Castanho Filho (*op.cit.*), tão logo foi paralisada a exploração, a mina foi invadida por aventureiros e “só pôde ser retomada mediante verdadeira operação de guerra, com policiais armados de metralhadoras, que tiveram acesso ao acampamento por intermédio de helicópteros” (Castanho Filho, *op cit.*).

De 1976 a 1982²⁵, a direção esteve sob a égide do engenheiro agrimensor Maurício Aquino²⁶, cuja gestão enfatizou a implementação de atividades geradoras de receita, já que os custos de manutenção da Fazenda eram considerados muito altos.

Foram iniciadas, então, duas frentes de exploração: do calcário e do palmito juçara.

A Vila do Monte Rosa²⁷ foi construída nesse período, bem como a instalação de rede elétrica, a abertura de trilhas e estradas e a montagem da fábrica de blocos. A população residente chegou a mais de 300 pessoas, todas envolvidas nas atividades implementadas e pagas pelo Banco Banespa, e que deveriam povoar a “Vila”.

A pedreira de exploração do calcário forneceu material apenas para o cascalhamento dos 300 km de estradas existentes à época e alimentou a fábrica de blocos por curto período de tempo, até ser desativada pela Fundação Florestal, à época da aquisição da Fazenda.

Quanto à exploração do palmito, a proposta foi elaborada com o concurso da Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora (CAIC) e o projeto, favorecido pela existência da lei dos incentivos fiscais, foi oficializado junto ao então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), sob nº 1491/76, para uma área de 2.500ha.

Para o plantio foi feito o seguinte: um sobrevôo de helicóptero para localizar as regiões onde existisse maior densidade de palmiteiros; esses locais eram alcançados através da abertura de caminhos na mata e, por essas trilhas, eram feitos a exploração do palmito existente e o plantio de mudas, de metro em metro.

Nesse processo, foram plantadas mais de 12,5 milhões de mudas, que através de amostragem numa avaliação posterior, foi verificado que 67% delas “vingaram”. Esse resultado foi considerado satisfatório, em face dos problemas enfrentados, principalmente um ataque de ratos atraídos pela frutificação da taquara²⁸.

Mais tarde, sem incentivos fiscais, foram executados os repovoamentos de palmiteiros através de sobrevôo de helicóptero com lanço de sementes, antecipando uma técnica que seria utilizada anos

²⁵ Nessa ocasião, o BANESPA utilizava os serviços de uma coligada - CIGEBRAS S/A Mineração, Indústria e Comércio - para administrar a Fazenda, pois, como banco, estava impedido de fazê-lo. Esta empresa foi a precursora da BANESPA S/A Mineração e Empreendimentos.

²⁶ Aquino já conhecia bem a propriedade, pois, como perito do Banco, havia ajudado o advogado da instituição, José Garcia, a regularizar o domínio dos inúmeros imóveis que a compunham.

²⁷ Desde aquela época, até os dias atuais, a Vila do Monte Rosa, agrega as residências dos funcionários.

²⁸ As taquaras de modo geral apresentam ciclos longos de desenvolvimento. Assim, na época de frutificação enormes quantidades de sementes são liberadas, atraindo grandes quantidades de roedores - fenômeno conhecido como “ratada”.

mais tarde na Serra do Mar, em Cubatão no projeto de recuperação de áreas degradadas por deslizamentos de encosta.

Participou deste projeto o Dr. Cyro Braga, à época vinculado à CAIC, precursora da CODASP, e que mais tarde viria a ser contratado como administrador geral da Fazenda sob a direção da Fundação Florestal.

Em paralelo, para garantir a integridade física do imóvel, iniciou-se também um programa de vigilância, com uma base na região da Sede e outra no Funil. Em seguida, foi implantado o sistema de “vigilantes-moradores” nos pontos mais afastados da Fazenda, o qual foi o embrião do sistema de fiscalização implantado posteriormente pela Fundação Florestal.

No início da década de 80, com o objetivo de agregar maior valor ao produto (palmito) e, conseqüentemente, aumentar a receita, é implantada uma fábrica na área da Sede. Com início de operação em 1983, produziu durante quase dois anos, entre 10 e 15 mil latas de 500g por mês. No início, essa produção era vendida por meio de licitações e o vencedor fornecia as latas e os rótulos.

Em meados da década de 1980, os sucessores de Aquino, engenheiros agrônomos Ayres Alves Monteiro Filho e Paulo Américo Prestes Barra adotaram uma nova filosofia de gerenciamento da Fazenda: buscaram valorizar a área da Sede, através da reforma e conclusão de seus inúmeros edifícios, com a idéia de transformá-la numa opção de lazer para os funcionários do Banco. Assim, foi concluída a sede e reformada a piscina. Da mesma forma, as obras do hospital deram lugar à hospedaria e foi construída a cantina/refeitório, hoje Restaurante.

Ao mesmo tempo, não paralisaram as atividades da fábrica de palmito, que até ganhou marca própria - Intervales - durante essa gestão. No entanto, promoveram uma paulatina redução na produção mensal, sendo comercializada somente aos funcionários do Banespa, até a desativação total da fábrica em 1986.

Figura 1. Rótulo do Palmito Intervales



O posto de saúde, a escola e o centro de convivência infantil foram projetos desenvolvidos nesse período, em atendimento às necessidades da comunidade local e perduraram até meados da década de 1990.

- **Processo de Aquisição da Fazenda Intervales²⁹**

O processo de aquisição da Fazenda Intervales requereu uma série de ações para sua regularização, que acabaram retardando o início efetivo das ações por parte da Fundação.

Apenas o imóvel e as benfeitorias eram do Banco do Estado. Os veículos, materiais, móveis, utensílios, equipamentos da fábrica, mina de calcário e também, o quadro de funcionários eram da Banespa Mineração, o que exigiu uma longa negociação, carregada de interrupções, já que essa empresa foi transformada na Paulistur, que posteriormente também encerrou suas atividades.

Com relação ao quadro de funcionários, as negociações foram bem sucedidas e, em julho de 1987, foram incorporados ao quadro da Fundação Florestal cerca de 65 funcionários oriundos da Banespa Mineração/Paulistur, todos bastante interessados na nova proposta conservacionista, porém sem nenhuma experiência nesse novo tipo de trabalho.

O mesmo não ocorreu com os materiais e equipamentos. Para regularizar a situação com a Banespa Mineração, foi preciso leiloá-los, o que deixou a Fazenda quase sem condições para um mínimo de atividades. Para agravar a situação, a Fundação Florestal dispunha de pequena verba orçamentária, por ser entidade recém-criada e sem histórico administrativo.

Por outro lado, a infra-estrutura existente na Intervales era excelente e o corpo de funcionários absorvido pela nova administração era suficiente, apesar da necessidade de treinamento para ajustar-se à nova filosofia de trabalho. A par disso, a situação fundiária do imóvel era regular, o que tranquilizava quanto a proposições com horizonte mais longínquo.



Hospedaria - 1986



Escritório, 1986



Galpão de processamento industrial da fábrica INTERVALES - 1986



Foto 1. Hospedaria em 1986, atualmente Pousada Onça Pintada



Foto 2. Escritório em 1986 e atualmente



Foto 3. Fábrica de palmito em 1986, atualmente oficinas

Vale ressaltar que a integração na nova proposta voltada a conservação foi bem sucedida, pois dos 48 funcionários, atualmente trabalhando em Intervales, apenas quatro não são deste período.

²⁹ Adaptado de “A vocação conservacionista de Intervales” op.cit e do Relatório de “Evolução e Avaliação - Programa de Inauguração” (documento interno)

Esses funcionários, nativos da região e cuja atividade originária, na época do Banco, era ligada em sua maioria a trabalhos braçais ou de exploração de palmito e minério, treinados logo de início pela equipe da Fundação para as novas atividades, adaptaram-se e especializaram-se em tal medida ao longo destes 17 anos que, atualmente, reúnem conhecimentos singulares e são o grande diferencial do Parque.

A equipe de monitores ambientais possui grande familiaridade com a geografia e a espeleologia, como também das espécies de fauna e flora locais. A convivência com pesquisadores em suas atividades de campo proporcionou a aquisição de conhecimentos específicos e, em alguns casos, até especialização. Não é raro encontrar entre eles, aqueles que identificam espécies de fauna e flora por seus nomes científicos, espeleotemas e suas variedades e os que dão verdadeiras aulas de conservação e respeito ao meio ambiente. São capacitados em socorrismo e, atualmente, também em manejo de trilhas.

A equipe de proteção possui elevado conhecimento de todo o Parque, seus limites, acessos internos, pontos críticos, populações vizinhas, dentre outros. Entre eles, destacam-se os líderes, fundamentais em face da natureza desta atividade, já que há necessidade de pronta tomada de decisão diante das ocorrências de infração ambiental; de permanecer longos períodos em trabalho de campo (turno semanal) e balizar a postura da equipe em situações de risco.

As equipes da recepção, governança, manutenção geral, manutenção de estradas, marcenaria, frota, são merecedores de destaque. Todos da equipe de Intervales exercem a atividade com notada paixão, experiência, seriedade e responsabilidade.

- **PGA - Plano de Gestão Ambiental**

A equipe técnica da Fundação Florestal trabalhou arduamente durante três anos para a elaboração do Plano de Gestão Ambiental, aprovado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado, através da Resolução SMA nº 28, e publicado no DOE em 27/3/98.

Em 1995, a Resolução da Secretaria do Meio Ambiente nº 38/95, de 24 de agosto, instituiu um grupo trabalho com atribuição de elaborar a proposição de um plano de gestão do Parque Estadual Intervales.

A equipe técnica da Fundação Florestal em conjunto com técnicos de outros órgãos da Secretaria do Meio Ambiente, representantes da sociedade civil, cientistas das principais universidades paulistas, agentes dos municípios da região, representantes de Secretarias do Estado, ONGs, moradores das comunidades quilombolas, agências de turismo ambiental e até empresários do setor de mineração, trabalharam arduamente para a elaboração daquele Plano.

Para a sua elaboração, várias etapas foram vivenciadas, sendo a primeira, o levantamento inicial das informações existentes. Esse levantamento resultou em uma reunião no dia 28 de fevereiro de 1996, onde foi apresentada a “Proposição do programa de trabalho para o Plano de Gestão Emergencial do PE Intervales”.

Esta reunião propôs o recolhimento de informações técnicas, divididos por temas: mapa base, ambiente físico, fauna, vegetação, integração com as unidades de conservação vizinhas, entorno regional, balanço das atividades no PEI e legislação.

Nos dias 30 e 31 de maio do mesmo ano, foi realizado o I Seminário: “Resultados parciais do Plano de Gestão Emergencial do Parque Estadual Intervales”, que consolidou os trabalhos dos diversos grupos e promoveu uma visão global de todo o plano por parte dos colaboradores.

O II Seminário “Propostas e encaminhamentos para o PE Intervales”, realizado de 19 a 21 de outubro de 1996, teve como objetivos: maior envolvimento de colaboradores na discussão de propostas e encaminhamentos para o parque, devido a diversidade representativa dos diferentes segmentos da sociedade; obtenção de propostas e encaminhamentos para os principais conflitos do parque (mineração, palmito e regularização fundiária); obtenção de propostas e encaminhamentos para os principais programas de ação do parque (administração, visitação pública, vigilância, pesquisa científica e integração regional). Conseguindo assim uma maior participação das prefeituras, comunidades, empresários, da mídia, enfim de um espectro mais amplo da sociedade.

Então um relatório desse seminário foi elaborado e distribuído para todos os participantes, que revisaram e ajustaram o texto. O plano final revisado foi apresentado em uma reunião de aprovação que contou com a presença de todos os participantes e de autoridades da SMA, inclusive com o próprio secretário do meio ambiente na época, o Deputado Federal Fábio Feldmann.

O Plano de Gestão Ambiental do Parque Estadual Intervales - Fase 1, foi então aprovado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado, através da Resolução SMA nº 28 e publicado no Diário Oficial do Estado em 27/3/98.

- **O Conselho Consultivo**

Em 2002, é constituído o Conselho Consultivo de Apoio à Gestão, em cumprimento ao que dispôs a Lei nº 9985/2000, que instituiu o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Sua formalização com Estatuto aprovado se dá em 2004, através da Portaria FF nº 001/2004.

O Conselho, formado por 24 membros titulares e igual número de suplentes, entre órgãos públicos, organizações não governamentais, associações de bairros e segmentos empresariais. É o principal fórum de gestão participativa do Parque, e tem se mostrado um excelente parceiro da unidade nas atividades de gestão.

Atualmente, o Parque Estadual Intervales pode ser considerado consolidado e sua gestão é realizada por meio de cinco programas: Administração, Uso Público, Interação Socioambiental, Pesquisa e Proteção, que através do processo participativo deste Plano de Manejo foram reformulados e tiveram suas estratégias, objetivos e ações revistos e ampliados .

Figura 2. Anúncio da CIGEBRÁS - "loteamento planejado nas terras do BANESPA"

intervales

Eis uma iniciativa; eis uma realidade.
Dentre matas inexploradas emerge uma cidade
que redime e integra toda uma região.

Terras virgens dos vales do Ribeira e
Parapanema são definitivamente unidas
através de um empreendimento que simboliza
a autenticidade de uma idéia e revigora a
confiança de nossa gente.

Por isso a Cigebrás S/A - Mineração, Indústria e Comércio, tem a satisfação de trazer ao
conhecimento dos senhores funcionários, encontrar-se em fase adiantada o loteamento
planejado nas terras do BANESPA, em INTERVALES, para breve lançamento.
Serão magníficos lotes urbanos, chácaras, sítios e até mesmo fazendinhas.

Você que gosta de ar puro ou lidar a terra, encontrará em INTERVALES as condições
ideais para a realização de seus sonhos.

No perímetro urbano já estão construídos o Hospital, farmácia, capela, heliporto,
algumas residências finas, chalé para veraneio, muitas casas de pessoal radicado
e uma belíssima represa.

Nas cercanias, várias grutas calcáreas estão sendo exploradas para propiciar
atração turística.

E ainda mais, é bom que você saiba estar o Esporte Clube Banespa tratando de instalar
a sua sede de Campo, junto à represa, bem no coração de INTERVALES.

Pense em sua família, nos fins de semana ou nas férias anuais e aguarde a sua vez
de construir.

CIGEBRÁS S/A
mineração,
indústria e comércio

(AFIXAR NO QUADRO DE AVISOS)



Figura 3. Ata de entrega ao Banespa da estátua de Santo Inácio

Ata da entrega ao Banco do Estado de São Paulo da estátua de Santo Inácio

Aos 27 de setembro, dia da aprovação da Companhia de Jesus pelo Papa Paulo III, em 1540, do ano Sesquicentenário da Independência do Brasil, no Colégio São Luís, sediado na Cidade de São Paulo, o Padre Paulo Pedreira de Freitas, reitor do colégio, e o Padre Hélio Abranches Viotti, diretor da "Casa de Anchieta," fazemos entrega, como doação, ao Banco do Estado de São Paulo, na pessoa de seu Diretor Dr. Pedro de Moura Maia e de seu Vice-Diretor Dr. Emílio Pedotti Filho, da estátua de Santo Inácio de Coiola, há muito existente em nosso colégio.

Destina-se essa imagem à igreja do segundo núcleo de povoamento que, na vasta gleba pertencente ao Banco na região do Ribeira, está sendo instalado pela ação pioneira comandada pelo Prof. Reinaldo Saldanha da Gama. Havendo o nome de Santo Inácio sido lembrado pelo Dr. Emílio Pedotti Filho para orago e padroeiro da futura cidade, sentem-se felizes os jesuítas de associar-se a essa iniciativa, englobada no plano de desenvolvimento dessa região, promovido pelo atual governo do Estado de São Paulo.

Consignamos, pois, nesta ATA, a modesta, mas gratíssima colaboração dos filhos de Santo Inácio de Coiola à nova e grandiosa empresa de expansão de nosso País, expansão de que tiveram a honra de participar ostensa, desde os dias de seu santo fundador. Deixamos ainda consignado nossos agradecimentos à Diretoria do Banco do Estado de São Paulo, pela oportunidade que, para isso, nos foi proporcionada.

Que do alto continue Santo Inácio abençoando o nosso Brasil.
São Paulo, 27 de setembro de 1972.

Paulo Pedreira de Freitas
Padre Hélio Abranches Viotti
Dr. Pedro de Moura Maia
Dr. Emílio Pedotti Filho
Silvio Roberto de Souza
Robal
Reitor